Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil

Sicredi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
Toledo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	26.665	29.641
Carteira de Crédito *	246.073	284.574
Depósitos	216.601	256.681
Patrimônio Líquido	101.494	94.279
Capital	43.411	55.264
Resultado Antes das Destinações	12.940	14.211
Rentabilidade do PL	12,75%	15,07%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		**343.034**	**319.915**
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	6.605	5.293
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		121.268	143.902
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		8	1
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural		3	-
Correspondentes no país		282	253
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	120.975	143.648
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	193.369	151.664
Operações de Crédito		204.455	160.114
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.086)	(8.450)
OUTROS CRÉDITOS		16.164	14.909
Créditos por Avais e Fianças Honrados		320	796
Rendas a Receber		970	1.011
Diversos	(NOTA 07)	15.139	13.602
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(265)	(500)
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	5.628	4.147
Outros Valores e Bens		5.627	4.136
(Provisão para desvalorização)		(6)	(6)
Despesas Antecipadas		7	17
NÃO CIRCULANTE		**121.302**	**84.029**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		121.302	84.029
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.728	1.670
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.728	1.670
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	91.205	59.188
Operações de Crédito		98.160	65.838
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.955)	(6.650)
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	1.012	1.168
Diversos		1.029	1.191
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(17)	(23)
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	12.877	12.376
Outros Investimentos		12.877	12.376
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	11.227	6.541
Imóveis de Uso		12	12
Outras Imobilizações de Uso		15.853	10.297
(Depreciação acumulada)		(4.638)	(3.768)
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	3.253	3.086
Outros Ativos Intangíveis		6.192	5.256
(Amortização acumulada)		(2.939)	(2.170)
TOTAL DO ATIVO		**464.336**	**403.944**

PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		**162.972**	**143.074**
DEPÓSITOS	(NOTA 11)	60.041	61.173
Depósitos à Vista		51.175	47.245
Depósitos a Prazo		8.866	13.928
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		72.613	56.952
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		4	6
Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	72.609	56.946
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		853	442
Recursos em Trânsito de Terceiros		853	442
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.495	3.910
Empréstimos País - Outras Instituições		4.495	3.910
OUTRAS OBRIGAÇÕES		24.970	20.597
Cobrança e Arrecadação de Tributos		103	69
Sociais e Estatutárias		2.449	1.830
Fiscais e Previdenciárias		774	617
Diversas	(NOTA 14)	21.644	18.081
NÃO CIRCULANTE		**207.085**	**181.825**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		207.085	181.825
DEPÓSITOS	(NOTA 11)	196.640	171.098
Depósitos a Prazo		196.640	171.098
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	4.043	4.325
Repasses Interfinanceiros		4.043	4.325
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	6.402	6.402
Diversas		6.402	6.402
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**94.279**	**79.045**
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	55.264	47.065
De Domiciliados no País		57.026	49.230
(Capital a Realizar)		(1.762)	(2.165)
RESERVAS DE SOBRAS		36.416	29.903
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.599	2.077
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**464.336**	**403.944**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**32.379**	**-**	**32.379**	**61.120**	**-**	**61.120**	**53.744**	**-**	**53.744**
Operações de Crédito	32.309	-	32.309	60.959	-	60.959	53.272	-	53.272
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	68	-	68	157	-	157	464	-	464
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	4	-	4	8	-	8
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(13.665)**	**(274)**	**(13.939)**	**(31.791)**	**(542)**	**(32.333)**	**(37.171)**	**(403)**	**(37.574)**
Operações de Captação no Mercado	(6.996)	(16)	(7.012)	(16.542)	(30)	(16.572)	(21.106)	(23)	(21.129)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.782)	(258)	(3.040)	(5.882)	(512)	(6.394)	(5.421)	(380)	(5.801)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.887)	-	(3.887)	(9.367)	-	(9.367)	(10.644)	-	(10.644)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**18.714**	**(274)**	**18.440**	**29.329**	**(542)**	**28.787**	**16.573**	**(403)**	**16.170**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(13.210)**	**1.442**	**(11.768)**	**(17.573)**	**2.959**	**(14.614)**	**(8.006)**	**2.963**	**(5.043)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.150	3.865	7.015	5.965	7.426	13.391	4.799	5.764	10.563
Rendas de Tarifas Bancárias	2.056	-	2.056	3.953	-	3.953	3.369	-	3.369
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.468)	(973)	(11.441)	(19.833)	(1.749)	(21.582)	(16.451)	(1.161)	(17.612)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(7.966)	(1.047)	(9.013)	(14.830)	(1.929)	(16.759)	(12.249)	(1.356)	(13.605)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(100)	(203)	(303)	(151)	(386)	(537)	(68)	(292)	(360)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	7.538	195	7.733	19.940	282	20.222	24.419	454	24.873
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.420)	(395)	(7.815)	(12.617)	(685)	(13.302)	(11.825)	(446)	(12.271)
RESULTADO OPERACIONAL	**5.504**	**1.168**	**6.672**	**11.756**	**2.417**	**14.173**	**8.567**	**2.560**	**11.127**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(23)**	**-**	**(23)**	**(12)**	**(1)**	**(13)**	**287**	**(70)**	**217**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**5.481**	**1.168**	**6.649**	**11.744**	**2.416**	**14.160**	**8.854**	**2.490**	**11.344**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**-**	**409**	**409**	**-**	**51**	**51**	**-**	**-**	**-**
Provisão para Imposto de Renda	-	209	209	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	149	149	-	-	-	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	51	51	-	51	51	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**5.481**	**1.577**	**7.058**	**11.744**	**2.467**	**14.211**	**8.854**	**2.490**	**11.344**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**2.467**	**(2.467)**	**-**	**2.490**	**(2.490)**	**-**
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	**5.481**	**1.577**	**7.058**	**14.211**	**-**	**14.211**	**11.344**	**-**	**11.344**
DESTINAÇÕES	**-**	**-**	**-**	**(11.612)**	**-**	**(11.612)**	**(9.267)**	**-**	**(9.267)**
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.728)	-	(4.728)	(4.074)	-	(4.074)
Fates - Estatutário	-	-	-	(371)	-	(371)	(297)	-	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(4.456)	-	(4.456)	(3.561)	-	(3.561)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.057)	-	(2.057)	(1.335)	-	(1.335)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	**-**	**-**	**-**	**2.599**	**-**	**2.599**	**2.077**	**-**	**2.077**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	**40.562**	**25.007**	**1.856**	**67.425**
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.845	-	(1.845)	-
Outras destinações	-	-	(11)	(11)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.418	-	-	3.418
Baixas de capital	(2.701)	-	-	(2.701)
Resultado do período	-	-	11.344	11.344
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(297)	(297)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.561	(3.561)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.941	-	(4.074)	(133)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.335	(1.335)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	**47.065**	**29.903**	**2.077**	**79.045**
Mutações do Período	**6.503**	**4.896**	**221**	**11.620**
Saldos no início do período em 01/01/2017	**47.065**	**29.903**	**2.077**	**79.045**
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.062	-	(2.062)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.821	-	-	3.821
Baixas de capital	(2.245)	-	-	(2.245)
Resultado do período	-	-	14.211	14.211
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(371)	(371)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.456	(4.456)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.561	-	(4.728)	(167)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.057	(2.057)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	**55.264**	**36.416**	**2.599**	**94.279**
Mutações do Período	**8.199**	**6.513**	**522**	**15.234**
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	**50.071**	**29.903**	**7.153**	**87.127**
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.026	-	-	2.026
Baixas de capital	(1.394)	-	-	(1.394)
Resultado do período	-	-	7.058	7.058
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(371)	(371)
Reserva Legal - Estatutária	-	4.456	(4.456)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.561	-	(4.728)	(167)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.057	(2.057)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	**55.264**	**36.416**	**2.599**	**94.279**
Mutações do Período	**5.193**	**6.513**	**(4.554)**	**7.152**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP
CNPJ/MF nº 76.059.997/0001-17

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**9.834**	**20.052**	**16.257**
Resultado do semestre/exercício	7.058	14.211	11.344
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**2.776**	**5.841**	**4.913**
Provisão para operações de crédito	1.340	2.940	3.442
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(30)	-	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(117)	(240)	378
Depreciação do imobilizado de uso	676	1.250	904
Amortização do intangível	379	769	462
Baixas do ativo permanente	3	48	127
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	1.014	1.272	(209)
Destinações ao FATES	(371)	(371)	(297)
Dividendos SicrediPar	(118)	173	106
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	**(26.299)**	**(35.386)**	**23.628**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(68)	(58)	41
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.994	(6)	24
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(3)	(3)	36
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	57	(29)	(28)
(Aumento) em operações de crédito	(45.425)	(76.663)	(38.105)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	8.202	15.380	10.707
(Aumento) em outros créditos	(137)	(1.031)	(3.697)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(994)	(1.481)	326
Aumento em depósitos	2.855	24.408	51.196
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	255	411	(126)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	188	585	(643)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(68)	(79)	(265)
Aumento em outras obrigações	5.845	3.180	4.162
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	**(16.465)**	**(15.334)**	**39.885**
Aquisição de Investimentos	-	(501)	(1.722)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.841)	(5.983)	(3.187)
Aplicações no Intangível	(544)	(937)	(896)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	**(4.385)**	**(7.421)**	**(5.805)**
Integralização de capital	2.026	3.821	3.418
Baixa de capital	(1.394)	(2.245)	(2.701)
Juros ao capital próprio	(167)	(167)	(133)
Distribuição de Sobras	-	(15)	(11)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	**465**	**1.394**	**573**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(20.385)**	**(21.361)**	**34.653**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	147.965	148.941	114.288
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	127.580	127.580	148.941

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/08/1981 e tem por objetivos principais:

i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;

ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;

iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo n° 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(37.823)**	**249**	**(37.574)**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**(10.893)**	**249**	**(10.644)**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.794)**	**(249)**	**(5.043)**
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	**(13.307)**	**(298)**	**(13.605)**
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	**(12.320)**	**49**	**(12.271)**

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

• Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

• Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	**6.605**	5.293
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	**120.975**	143.648
Total	**127.580**	148.941

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**1.728**	1.670
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	**1.728**	1.670
Total realizável a longo prazo	**1.728**	1.670

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	**119.088**	**81.357**	**200.445**	146.097
Financiamentos	**15.426**	**12.853**	**28.279**	17.628
Financiamentos rurais e agroindustriais	**69.941**	**3.950**	**73.891**	62.227
Carteira total	**204.455**	**98.160**	**302.615**	225.952

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	**320**	**-**	**320**	796
Devedores por compra de valores e bens	**411**	**1.028**	**1.439**	1.468
Títulos e créditos a receber (i)	**10.110**	**1**	**10.111**	7.723
Total	**10.841**	**1.029**	**11.870**	9.987

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	**96.933**	119.239	**485**	596
Nível B	1,00	**128.833**	63.181	**1.318**	632
Nível C	3,00	**50.418**	22.901	**1.513**	687
Nível D	10,00	**19.860**	12.882	**1.986**	1.288
Nível E	30,00	**4.142**	3.488	**1.243**	1.046
Nível F	50,00	**4.173**	4.593	**2.087**	2.296
Nível G	70,00	**1.450**	1.924	**1.015**	1.347
Nível H	100,00	**8.676**	7.731	**8.676**	7.731
Total (i)		**314.485**	235.939	**18.323**	15.623

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	**2.696**	**26.301**	**35.947**	**44.342**	**109.286**	82.645
Rural	**558**	**8.768**	**60.615**	**3.950**	**73.891**	62.227
Industrial	**259**	**5.970**	**11.420**	**12.845**	**30.494**	20.575
Comércio	**376**	**21.258**	**19.003**	**20.595**	**61.232**	46.883
Outros Serviços	**248**	**7.267**	**14.610**	**17.457**	**39.582**	23.609
Total	**4.137**	**69.564**	**141.595**	**99.189**	**314.485**	235.939

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	**43.166**	**13,73**	32.293	13,69
50 devedores seguintes	**79.089**	**25,15**	55.999	23,73
100 devedores seguintes	**47.823**	**15,21**	37.603	15,94
Demais	**144.407**	**45,92**	110.044	46,64
Total	**314.485**	**100**	235.939	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	**15.623**	11.803
Constituição de provisão	**9.367**	10.644
Movimentação de baixados para prejuízo	**(6.667)**	(6.824)
Saldo final	**18.323**	15.623

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R$ 2.930 (2016 - R$ 2.699), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R$ 18.996 (2016 - R$ 6.030).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	**164**	109
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	**1.443**	1.726
Devedores por compra de valores e bens	**411**	277
Devedores por depósitos em garantia	**1.246**	2.462
Impostos e contribuições a compensar (ii)	**665**	391
Títulos e créditos a receber	**10.110**	7.723
Valores honrados	**-**	31
Cotas de consórcio	**118**	25
Devedores por convênios	**3**	-
Operações com cartões	**37**	35
Pendências a regularizar	**318**	78
Outros	**624**	745
Total Circulante	**15.139**	13.602

Devedores por compra de valores e bens	**1.028**	1.191
Títulos e créditos a receber	**1**	-
Total realizável a longo prazo	**1.029**	1.191

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se basicamente ao processo judicial transitado em julgado, cuja a decisão do STJ pela inconstitucionalidade da contribuição previdenciária sobre as verbas trabalhistas indenizatórias (adicional de 1/3 de férias, aos 15 primeiros dias de auxílio doença e ao aviso prévio indenizado).

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	**5.604**	4.130
Imóveis	**5.551**	3.832
Veículos e afins	**47**	172
Bens em regime especial	**6**	126
Material em estoque	**23**	6
Despesas antecipadas	**7**	17
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	**(6)**	(6)
Total Circulante	**5.628**	4.147

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R$ 6 (2016 - R$ 6) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	**6.433**	5.932
Sicredi Participações S.A.	**6.443**	6.443
Outras Participações e Investimentos	**1**	1
Sicredi Fundos Garantidores	**1**	1
Total	**12.877**	12.376

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	**2.081.080 ON**	2.081.080 ON	**1**	1	**6.432.742**	5.931.798
	4.362.106 PN	4.362.106 PN	**Quotas**	Quotas	**Quotas**	Quotas
Percentual de participação	**0,74%**	0,74%	**0,61%**	0,63%	**3,35%**	3,73%
Capital social	**874.847**	869.279	**164**	165	**191.882**	159.866
Patrimônio líquido	**893.040**	911.739	**240.569**	204.709	**193.372**	161.330
Lucro líquido do exercício	**16.863**	41.442	**35.861**	10.965	**-**	-
Valor do investimento	**6.443**	6.443	**1**	1	**6.433**	5.932

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	**15.865**	**(4.638)**	**11.227**	6.541
Imobilizações em curso	-	**3.638**	**-**	**3.638**	908
Edificações	**4%**	**12**	**(4)**	**8**	8
Instalações	**10%**	**4.870**	**(1.134)**	**3.736**	2.641
Móveis e equipamentos de uso	**10%**	**3.424**	**(1.345)**	**2.079**	1.627
Sistema de comunicação	**10%**	**130**	**(56)**	**74**	72
Sistema de processamento de dados	**20%**	**3.130**	**(1.816)**	**1.314**	866
Sistema de segurança	**10%**	**341**	**(132)**	**209**	184
Sistema de transporte	**20%**	**320**	**(151)**	**169**	235
Intangível (i)		**6.192**	**(2.939)**	**3.253**	3.086
Investimentos Confederação		**6.192**	**(2.939)**	**3.253**	3.086
Total		**22.057**	**(7.577)**	**14.480**	9.627

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	**51.175**	**-**	**-**	**51.175**	47.245
Depósitos a prazo	**3.956**	**4.910**	**196.640**	**205.506**	185.026
Total	**55.131**	**4.910**	**196.640**	**256.681**	232.271

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	**72.609**	56.946
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	**72.609**	56.946
Total circulante	**72.609**	56.946
Recursos do Crédito Rural	**4.043**	4.325
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	**4.043**	4.325
Total exigível a longo prazo	**4.043**	4.325

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10% a.a. com vencimentos até 04/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	**4.495**	3.910
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	**4.495**	3.910
Total circulante	**4.495**	3.910

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	**751**	798
Obrigações por convênios oficiais	**12**	12
Provisão para pagamentos a efetuar	**4.354**	3.522
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	**1.482**	210
Outras Contingências	**1**	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	**3.088**	2.335
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	**383**	659
Pendências a regularizar	**77**	42
Operações com cartões	**9.931**	7.389
Demais fornecedores	**607**	540
Credores diversos	**958**	2.574
Total circulante	**21.644**	18.081

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	**6.402**	6.402
Total exigível a longo prazo	**6.402**	6.402

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dividas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	**204**	**261**	**(22)**	**443**
Cível	**6**	**354**	**(39)**	**321**
Tributária	**-**	**718**	**-**	**718**
Total	**210**	**1.333**	**(61)**	**1.482**

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	**443**	204
Cível	Provável	**321**	6
Tributária	Provável	**718**	-
Total		**1.482**	210

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R$ 727; R$ 216 e R$ 477 (2016 - R$ 109, R$ 204 e R$ 3.188), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 5001030-85.2010.4.04.7016, versando sobre matéria tributária em que discute valores compensados de CPMF a questão está tramitando no TRF4 e aguardando análise para posterior julgamento pelo STJ em Recurso Especial, atingindo o valor de R$ 781 , cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada provável.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	**55.264**	47.065
Total de associados	**29.641**	24.573

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 8.199 (2016 – R$ 6.503), sendo R$ 6.623 (2016 – R$ 5.786) via integralização de resultados e R$ 3.821 (2016 – R$ 3.418), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R$ 2.245 (2016 – R$ 2.701).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9,5% em Conta Capital, no montante de R$ 4.728, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Progresso - Sicredi Progresso PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	**14.160**	11.344
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	**(5.947)**	(4.764)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	**37**	14
Provisão PPR	**33**	21
Receita com atos cooperativos	**4.932**	3.719
Juros sobre capital próprio	**1.986**	1.711
Outros	**(990)**	(701)
Subtotal	**5.998**	4.764
IRPJ e CSLL registrados no resultado	**51**	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	**1.728**	1.670
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	**120.975**	143.648
Outros Créditos - Rendas a receber	**721**	613
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	**1.748**	1.949
Investimentos (Nota 09)	**12.877**	12.376
Intangível (Nota 10)	**3.253**	3.086
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	**76.652**	61.271
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	**4.495**	3.910
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	**9.884**	7.252
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	**6.785**	7.061
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	**157**	464
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	**4.641**	3.821
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	**14.095**	19.873
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	**6.394**	5.801
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	**900**	726
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	**6.954**	5.161

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	**44**	**0,09%**	96
Depósitos a prazo	**792**	**0,39%**	1.306
Operações de crédito	**1.680**	**0,56%**	2.580

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	**2.223**	2.094

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	**413**	412
Despesa de aluguéis	**2.028**	1.742
Despesa de comunicação	**948**	849
Despesa de manutenção e conservação	**1.044**	986
Despesa de material	**259**	201
Despesa processamento dados	**312**	260
Despesa de promoções e relações públicas	**3.267**	2.345
Despesa de propaganda e publicidade	**346**	312
Despesa de seguro	**169**	164
Despesa de serviços do sistema financeiro	**1.738**	1.454
Despesa de serviços de terceiros	**646**	416
Despesa de serviços de vigilância e segurança	**1.022**	959
Despesa de serviços de técnicos especializados	**913**	466
Despesa de serviços de transpostes	**600**	546
Despesa de viagem	**472**	378
Outras despesas administrativas	**2.582**	2.115
Total	**16.759**	13.605

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	**3.637**	994
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	**13.558**	19.064
Reversão de provisões operacionais	**1.814**	4.077
Outras rendas operacionais	**1.213**	738
Total	**20.222**	24.873

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	**908**	1.993
Contribuição O.C.E.	**192**	260
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	**625**	515
Contribuição Confederação Sicredi	**4.367**	2.911
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	**566**	449
Contribuição Sureg	**-**	8
Encargos da administração financeira	**75**	104
Repasse administradora de Cartões	**422**	378
Depreciação e amortização	**769**	466
Outras provisões operacionais	**3.705**	3.708
Outras despesas operacionais	**1.673**	1.479
Total	**13.302**	12.271

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	**144.496**	129.542
Coobrigações em cessões de crédito	**35**	-
Total	**144.531**	129.542

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

• Avaliação de riscos e controles;
• Documentação e armazenamento da base de perdas;
• Gestão de continuidade de negócios;
• Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

• Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
• • Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
• Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
• Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
• Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

• A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
• A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

• Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
• Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
• Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
• Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
• Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

• Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
• Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

• Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
• Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
• Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
• Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
• Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	**96.094**	83.266
Nivel I (NI)	**92.023**	77.618
Capital principal - CP	**92.023**	77.618
Capital social	**55.264**	47.065
Reservas de capital	**36.416**	29.903
Lucros acumulados	**2.599**	2.077
Ajustes Prudenciais	**(2.256)**	(1.427)
Nível II (NII)	**4.071**	5.648
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	**4.071**	5.648
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**488.458**	401.833
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	**969**	648
Margem de Capital (i)	**43.837**	42.937
Índice de Basileia (PR / RWA)	**19,67%**	20,72%
Situação de Imobilização (Imob)	**12.225**	8.201
Índice de Imobilização (Imob / PR)	**12,72%**	9,85%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Inácio Cattani
Diretor Executivo
CPF: 441.843.529-87

Cleiton Fernando Peres
Diretor de Operações
CPF: 055.374.409-70

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20